PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Da Deputada GORETE PEREIRA)

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, para assegurar a participação de mulheres nos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 17 e 26 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passam a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 17.....

.....

§ 6º Ao menos um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração serão do sexo feminino.” (NR)

“Art. 26.....

.....

§ 3º Ao menos um terço (1/3) dos membros do Conselho Fiscal serão do sexo feminino.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Promover o bem de todos, sem preconceitos de sexo, é um dos objetivos fundamentais da República, elencados no art. 3º da Constituição Federal. Todavia, é notório que as mulheres ainda são injustamente relegadas a papéis secundários no mercado de trabalho. E essa discriminação é tão mais

acentuada quanto maior é o poder decisório do cargo ou função. Impõe-se, por isso, assegurar às mulheres um número mínimo de assentos nos órgãos colegiados que compõem a estrutura organizacional das empresas.

A presente proposição aborda a questão no âmbito das empresas estatais, acrescentando ao estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e suas subsidiárias, dispositivos que determinam que ao menos um terço dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal dessas entidades sejam do sexo feminino.

Tal medida certamente contribuirá para elevar a participação das mulheres no processo de tomada de decisões e, por conseguinte, para a progressiva eliminação do preconceito de que as mulheres ainda são vítimas.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada GORETE PEREIRA